



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO DE PLANEJAMENTO - SEPLAN/DPC/CGPLAM/DLOG/PF

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 38736464/2024-SEPLAN/DPC/CGPLAM/DLOG/PF

Processo nº 08200.008376/2024-01

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de veículos policiais reservados (descaracterizados) BLINDADOS a fim de auxiliar na prevenção e repressão de crimes, em todo o território nacional, cuja atribuição seja da Polícia Federal, bem como demais ações de segurança pública em conformidade com a legislação e no auxílio a outros órgãos públicos, conforme as especificações descritas neste Termo de Referência e seus anexos.

Tabela 1 - Objetos da Contratação

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SUV (reservada) com blindagem nível III-A	04595	Unidade	110	R\$ 468.000,00	R\$ 51.480.000,00
2	SUV (reservada) com blindagem nível III	04595	Unidade	23	R\$ 776.290,00	R\$ 17.854.670,00

1.2. Registra-se que a demanda disposta na Tabela 1 deste Termo de Referência é composta pelo Órgão gerenciador desta contratação e participantes, conforme segue:

1.2.1. Polícia Federal (ÓRGÃO GERENCIADOR):

1.2.1.1. SUV (reservada) com blindagem nível III-A: 100 unidades

1.2.1.2. SUV (reservada) com blindagem nível III: 12 unidades

1.2.2. Polícia Civil do Distrito Federal (PARTICIPANTE):

1.2.2.1. SUV (reservada) com blindagem nível III-A: 4 unidades

1.2.2.2. SUV (reservada) com blindagem nível III: 2 unidades

1.2.3. Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal (PARTICIPANTE):

1.2.3.1. SUV (reservada) com blindagem nível III-A: 6 unidades

1.2.3.2. SUV (reservada) com blindagem nível III: 9 unidades

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Preliminar 36459471.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da assinatura contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. Não foi prevista cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme [LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006](#), alterada pela [LEI COMPLEMENTAR Nº 147, DE 7 DE AGOSTO DE 2014](#), tendo em vista o objeto desse Termo de Referência apresentar especificações de veículos complexas e também tendo em vista a importância de os produtos serem padronizados em modelos específicos às diferentes atividades desempenhadas pelos policiais federais e utilização dos equipamentos no cumprimento de suas operações policiais (Princípio da Padronização que impõe compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho). Por isso, é necessário que a aquisição de cada item seja feita por um único fabricante, garantindo a mesma identidade visual e qualidade do produto.

1.7. Com base na Lei nº 14.133/2021, o sistema adotado será o de Registro de Preço que se justifica com aquisições frequentes do objeto, de acordo com a necessidade de cada unidade descentralizada e centralizada da Polícia Federal nos diferentes Estados do País; assim como em função das características do objeto deste Termo de Referência, que podem perder sua identidade física pela própria utilização, obrigando à Administração a reposição destes.

1.8. O critério de adjudicação será por item, com a possibilidade de haver um licitante vencedor por item, podendo um mesmo licitante ser vencedor em mais de um item, conforme as especificações apresentadas neste objeto, de modo a majorar a

competitividade do certame e resguardar a economia de escala.

- 1.9. Os custos dos veículos estão discriminados em planilhas detalhadas e no Mapa Comparativo de Preços.
- 1.10. Os bens objeto da aquisição estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do Catálogo Unificado de Materiais - CATMAT do SIASG.
 - 1.10.1. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes do CATMAT e do presente Termo de Referência, prevalecem estas últimas.
- 1.11. A licitante vencedora deverá computar o valor do frete na entrega dos veículos às localidades demandadas neste Termo de Referência.
- 1.12. A empresa fornecedora deverá cumprir todas as exigências legais brasileiras.
- 1.13. A licitação para contratação do objeto se dará na modalidade de pregão eletrônico, do tipo menor preço por item.
- 1.14. Será de 8 (oito) dias o prazo entre a publicação do Edital e Abertura da Sessão do Pregão.
- 1.15. A Polícia Federal, ao promover a presente aquisição, observará os preceitos do disposto na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010, e no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia Geral da União, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e funcional e dá outras providências. As especificações técnicas dos objetos estão descritas no Anexos 1 e 2 deste Termo de Referência, e foram detalhadas de forma a garantir que os objetos adquiridos tenham qualidade e cumpram a finalidade para a qual foram adquiridos.
- 1.16. Neste diapasão, os veículos automotores ofertados deverão atender aos limites máximos de ruídos, fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, nº 272/2000 e n. 242/1998 e legislação superveniente e correlata; bem como aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento, fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores — PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986 e complementações e alterações supervenientes.
- 1.17. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:
 - I) ID PCA no PNCP: 00394494000136-0-000006/2024;
 - II) Data de publicação no PNCP: 20/05/2023;
 - III) Id do item no PCA: 101;
 - IV) Classe/Grupo: 2320 - VEÍCULOS SOBRE RODAS;
 - V) Identificador da Futura Contratação: 200334/90042/2023.
- 2.2. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada no Estudo Preliminar 36459471, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.3. A necessidade da contratação é dividida em 03 (três) aspectos: funcional, técnico e normativo.
 - 2.3.1. **Aspecto Funcional** - Necessidade de veículos especialmente adaptados como um meio para que a Polícia Federal atinja os seus propósitos fins:
 - 2.3.1.1. O Estado Democrático deve assegurar ao cidadão (brasileiro ou estrangeiro) residente no país, o respeito a sua integridade física e patrimonial. Para cumprir essa função, o Estado-Administração tem a sua disposição os órgãos policiais, que também podem ser denominados Forças de Segurança. Os agentes policiais atuam na preservação da ordem pública em seus diversos aspectos, garantindo aos administrados os direitos assegurados pela Constituição Federal.
 - 2.3.1.2. Segundo o art. 144, *caput*, CF, “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I. polícia federal; II. polícia rodoviária federal; III. polícia ferroviária federal; IV. polícias civis; V. polícias militares e corpos de bombeiros militares”.
 - 2.3.1.3. A Polícia Federal em especial diferente das outras forças policiais pois, exerce com exclusividade o papel de Polícia Judiciária da União, aumentando então sua responsabilidade e potencialidade como agente central da democracia.
 - 2.3.1.4. A missão da Polícia Federal é garantir ao cidadão o exercício dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal e nos instrumentos internacionais subscritos pelo Brasil (art. 5º, §2º, da CF/88). Essa atividade exige preparo dos integrantes das Corporações Policiais e capacidade operacional para pronto atendimento.
 - 2.3.1.5. A contratação em tela trata da aquisição de veículos, e como citado anteriormente, a Polícia Federal tem que estar pronta para assegurar o exercício dos direitos e garantias fundamentais ao cidadão. Neste contexto, a carência de veículos para a atividade policial poderá acarretar dificuldades operacionais desta corporação, dada a necessidade de deslocamento para atividade policial e a extensão territorial jurisdicional.
 - 2.3.1.6. Ainda nesse sentido a não aquisição dos veículos supracitados, objeto do presente estudo de contratação, trará prejuízo ao andamento dos trabalhos do Órgão, bem como os inevitáveis transtornos que tal falta indubitavelmente causaria a terceiros interessados – vale dizer, à população que necessita dos serviços prestados pela Polícia Federal.

2.3.2. **Aspectos Técnico e ou normativos** – Necessidade da contratação para atender a demanda de veículos das unidades centrais e descentralizadas da Polícia Federal.

2.3.2.1. A frota da Polícia Federal conta com número significativo de veículos com mais de 5 (cinco) anos de uso e de 100.000km rodados, estando inaptos para a execução segura das atividades desenvolvidas pela Polícia Federal que demandam utilização de viaturas.

2.3.2.2. Os veículos utilizados há vários anos e com alta quilometragem apresentam elevado grau de risco devido às características estressantes da atividade policial, de forma que se faz necessária a aquisição de veículos novos. A falta de substituição, principalmente dos veículos mais antigos, pode levar ao colapso de ferramenta vital ao desempenho das atividades desenvolvidas pelo Órgão.

2.3.2.3. Além disto, o custo de manutenção dos veículos com mais de 5 (cinco) anos de uso e de 100.000km rodados é alto, bem como, com o passar do tempo, o consumo de combustível tende a aumentar e a gerar despesas que podem ser evitadas com a aquisição em tela.

2.3.2.4. Os veículos com finalidades específicas foram demandados pelas unidades através de processos próprios informados nos Estudos Preliminares onde foram apresentadas as justificativas da necessidade de cada item.

2.3.2.5. Além disso a aquisição e a utilização de carros híbridos objetiva a realização de testes e comparações entre a vida econômica deste modelo com os veículos atuais movidos a combustíveis fósseis, visto que está prevista a substituição gradual destes modelos de veículos visando reduzir os impactos ambientais dos veículos movidos a combustíveis fósseis. Com a aquisição de veículos com essas características será possível uma análise mais acurada de sua empregabilidade pelos policiais, bem como seus custos de manutenção.

2.3.2.6. **Os veículos blindados** são primordiais para bom desempenho do atribuições da PF, principalmente em função das atividades desenvolvidas no âmbito da Diretoria de Proteção à Pessoa - DPP/PF, haja vista caber à Polícia Federal, conforme leis infraconstitucionais, executar a proteção de:

- a) às vítimas e testemunhas ameaçadas, no âmbito do Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas, nos termos da Lei 9.807/1999;
- b) de visitantes oficiais estrangeiros em passagem pelo País, assim reconhecidos pelo Ministério das Relações Exteriores, Ministros de Estado e Chefes dos Poderes da República, também quando em missões oficiais (Decreto nº. 9.150/2017 c/c Portaria 13/2001 – MJ e Portaria 1.252/2017 – MJSP);
- c) a membros do Ministério Público e a Magistrados, em situação de risco, quando ameaçados no exercício da função, nos termos da Lei n.º 12.694/12; e
- d) dos candidatos à Presidência da República (Lei nº 7.474/96 c/c Portaria 493/98 - MJ).

2.3.2.7. A responsabilidade na prestação da segurança aproximada, mesmo quando exercida com a integração com outras instituições, é plena e indelegável, sendo atividade executada ordinariamente pela Polícia Federal em todo o território nacional, portanto, a renovação da frota de veículos deve ser constantemente uma prioridade institucional, pois a maior parte da atividade de proteção à pessoa desempenhada pela Polícia Federal, em especial a segurança de dignitários, necessita ser feita por meio do deslocamento em viaturas blindadas, para maior segurança do protegido, sendo assim a aquisição desse tipo de veículo é imprescindível para que a eficiência e eficácia desse tipo de atividade da instituição seja plena.

2.3.2.8. O quantitativo demandado destina-se à renovação parcial da frota de veículos relativos ao último pregão eletrônico (Pregão Eletrônico SRP 17/2021-CGAD/DLOG/PF) e ao incremento em razão do aumento da demanda no exercício dessa atividade.

2.3.2.9. **A aquisição de veículos reservados (descaracterizados)** são necessários principalmente para as atividades de investigação velada em que o policial precisa obter informações importantes, utilizando-se de veículos da instituição, mas que não apresente nenhuma nomenclatura de identificação. Destaque-se a necessidade de que sejam adquiridos modelos variados. Isso porque caso seja adquirido um único modelo para todo o país, certamente sua presença em determinada localidade despertará uma associação do modelo àqueles veículos utilizados pela polícia, podendo haver prejuízo às investigações. Da mesma forma, os veículos devem possuir cores variadas e comuns, de forma a não atrair atenção quando mesclados com os veículos da população em geral.

2.3.2.10. Tais especificações diferenciadas são autorizadas pela IN 03/2008-MPOG/SLTI, especificamente no artigo 16, confira-se:

Art. 16. Os veículos de serviços especiais utilizados no patrulhamento rodoviário e em atividades de fiscalização, cuja identificação possa comprometer os resultados da missão, poderão manter as características de padronização do órgão ou entidade, e terão placa oficial de acordo com a Resolução CONTRAN nº 231/2007.

2.3.2.11. É por esta razão que não se pode cogitar de utilizar a regra para os veículos de serviços comuns, estabelecido pelo artigo 13 da mesma instrução normativa, que exige a cor branca e a identificação das laterais com a nomenclatura do órgão.

2.3.2.12. Do mesmo modo, para tais veículos trata-se da hipótese prevista no artigo da Lei 9.503/1997, o Código de Trânsito Brasileiro, a saber:

Art. 116. Os veículos de propriedade da União, dos Estados e do Distrito Federal, devidamente registrados e licenciados, somente quando estritamente usados em serviço reservado de caráter policial, poderão usar placas particulares, obedecidos os critérios e limites estabelecidos pela legislação que regulamenta o uso de veículo oficial.

2.3.3. Ressalta-se que na aquisição dos veículos deverão ser respeitadas, no que couber:

- a) As prescrições e recomendações dos fabricantes dos veículos quanto aos procedimentos de operação e manutenção;
- b) As normas expedidas pelo Ministério da Saúde e pela Agência Nacional da Vigilância Sanitária - Anvisa;
- c) As normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT; e normas internacionais consagradas, na falta de norma da ABNT;
- d) As disposições legais, pertinentes, da União, Estados e dos Municípios onde serão recebidos os veículos;
- e) Resoluções CONAMA nº 1/1993, 08/1993, 18/1986; 17/1995, 272/2000 e 242/1998, além de outras que vierem a ser expedidas.
- f) Normas exaradas pelo CONTRAN e PROCONVE;
- g) Norma Técnica SENASP 006/2022.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no **Anexo 1** Especificação SUV blindagem nível III-A (38734544) e **Anexo 2** Especificação SUV blindagem nível III (38734554).

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

SUSTENTABILIDADE:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2. Todo o material será adquirido considerando a Instrução Normativa SLTI/MPOG 01/2010, Capítulo III, art. 5.º I, II, III e § 1.º, exceto aquele em que não se aplica a referida instrução, a contratante exigirá, ainda, que a empresa contratada adote as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços:

4.2.1. Dar a destinação correta a baterias, óleos e filtros descartados no processo de manutenção, segundo disposto na Resolução CONAMA 257/1999.

4.2.2. Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como sobre pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores.

4.2.3. Separar resíduos como papéis, plásticos, metais, vidros e orgânicos para empresas de coleta apropriadas, respeitando as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

4.2.4. Separar e acondicionar em recipientes adequados para destinação específica as lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral, quando descartados.

4.2.5. Encaminhar os pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente, aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, tendo em vista que pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente constituem passivo ambiental, que resulta em sério risco ao meio ambiente e à saúde pública. Esta obrigação atende a Resolução CONAMA 258/1999.

4.2.6. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços.

4.2.7. Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes.

4.2.8. Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade.

4.2.9. Capacitar periodicamente os empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição.

4.2.10. Utilizar lavagem com água de reúso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros).

4.2.11. Promover a reciclagem e destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação.

4.3. A comprovação do disposto acima poderá ser feita mediante apresentação de declaração da empresa, assinalando que cumpre os critérios ambientais exigidos. A contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação quanto às exigências.

4.4. Os produtos utilizados na fabricação devem ser totalmente isentos de ftalatos, naphtylamina, dichlorobenzidina, nonilfenol, formaldeídos e metais pesados como chumbo, cobre e cadmio, utilizando base de tintas à base d'água e sem aditivo de solvente ou materiais pesados.

4.5. Os veículos automotores ofertados deverão atender aos limites máximos de ruídos, fixados nas Resoluções

CONAMA 1/1993, 08/1993, 17/1995, 272/2000 e 242/1998 e legislação superveniente e correlata; bem como aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento, fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores — PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA 490/2018 e 493/2019, além de outras que tratem do mesmo tema e complementações e alterações supervenientes.

4.6. Só será admitida a oferta de veículo que possua eficiência energética equivalente a um veículo com a Etiqueta da categoria A (mais eficiente) do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular).

4.7. Só será admitida a oferta de veículo automotor que utilize o combustível renovável (etanol, gás natural veicular, biodiesel, eletricidade etc), inclusive mediante tecnologia “flex”, nos termos da Lei 9.660/1998.

SUBCONTRATAÇÃO

4.8. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.8.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em fornecimento do veículo modelo de fábrica.

4.9. É permitida a subcontratação parcial do objeto para serviços acessórios, tais como caracterização, adaptações, equipamentos de comunicação, de sinalização e acústica, nas seguintes condições:

4.9.1. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação;

4.9.2. São obrigações adicionais da contratada, em razão da subcontratação:

4.9.2.1. Substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.

4.9.2.2. Apresentar a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no §1º do art. 4º do Decreto 8.538/2015;

4.10. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.11. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.12. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.13. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os [arts. 96 e seguintes da Lei 14.133/2021](#), no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.14. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.15. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.16. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1. A entrega do veículo objeto desse Termo de Referência será feita de acordo com o quantitativo e a localidade discriminada em Ordem de Fornecimento a ser emitida pela Contratante em momento oportuno.

5.2. Os bens serão recebidos no prazo de **180 (cento e oitenta) dias corridos**, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, na unidade da Polícia Federal constante da tabela 2 e endereços relacionados na tabela 3 (incluindo "a" e "b"), ambos constantes deste termo de referência.

5.2.1. **Recebimento provisório:** apresentação dos veículos em concessionária da contratada na capital da UF de destino de destino ou regiões metropolitanas, devendo a comissão de recebimento da PF confirmar a apresentação dos veículos e verificar a conformidade com as especificações aprovadas pela comissão técnica da Polícia Federal, conforme item 17 e seguintes.

5.3. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.3.1. **Recebimento definitivo:** no prazo de até 30 (trinta) dias corridos do recebimento provisório, após a constatação do atendimento das eventuais correções/complementações apontadas na fase anterior e do emplacamento do veículo no CNPJ da unidade recebedora, com a quitação de todos os débitos junto ao DETRAN do estado destino, observadas as exigências dos itens 5.11 e 5.13.

5.3.1.1. A contratada deverá notificar a comissão de recebimento e fiscalização do contrato, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, para a realização do recebimento definitivo.

5.3.1.2. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.3.2. Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.4. Para fins de cumprimento do prazo de 180 (cento e oitenta) dias corridos constante do item 5.2 será utilizado para contagem o recebimento provisório - item 5.2.1. Todavia, o atestado do recebimento do bem e os prazos de garantia do veículo só iniciam a partir do recebimento definitivo - item 5.3.1.

5.5. As cores dos veículos serão originais de fábrica, sólidas, metálicas ou perolizadas, não sendo permitida a repintura, e serão discriminadas na Ordem de Fornecimento emitida pela Contratante.

5.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devidamente aprovados pela Comissão técnica da PF, e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato. Em caso de prorrogação do prazo de entrega, este poderá ser feito uma única vez, por prazo não superior a 30 (trinta) dias corridos. A solicitação de prorrogação deverá ser feita por escrito, justificadamente, antes de vencimento do prazo de entrega, comprovando que não houve culpa do fornecedor no descumprimento do prazo contratual.

5.8. Os veículos deverão ser entregues para as Unidades de Transporte das SRs/PF (UTRAN/SR/PF/UF) ou setor equivalente ou à comissão regional de recebimento, designada pela autoridade competente.

5.8.1. A contratada deverá utilizar o *checklist* para que os representantes comissão regional da PF façam as vistorias dos veículos para recebimento.

5.8.2. O *checklist* deverá conter os dados que o individualizam o veículo (chassi, placa etc) e com os principais itens que devem estar presentes nele (baseado nos itens exigidos nos anexos deste Termo) em perfeitas condições de uso e funcionamento.

5.8.3. Este *checklist* deverá ser assinado pela representante local da contratada e entregue aos indicados no item 5.8 que, posteriormente, irão encaminhar aos fiscais do contrato para atesto do recebimento e encaminhamento para pagamento da contratada.

5.9. Em caso de vencedor licitante estrangeiro, os bens deverão ser entregues nos endereços dispostos neste Termo de Referência, sendo para tanto utilizado o INCOTERM DPU, sendo todos os custos da importação: seguro, frete, transporte, armazenagem, dentre outros da mercadoria até o destino serão custeados pela contratada. Estão inclusos os custos de armazenagem para o período no máximo (até 5 dias úteis) antes do desembarço alfandegário utilizando o RADAR da PF.

5.9.1. Todos os documentos necessários para o desembarço aduaneiro dos produtos junto aos órgãos responsáveis deverão ser entregues sem ônus à Contratante, observando a legislação vigente.

5.10. A entrega dos bens deverá ser efetuada em dias úteis, no horário de expediente compreendido entre 08h às 12h e 14h às 17h, nos endereços e quantitativos constantes nas tabelas abaixo, e será acompanhada e fiscalizada por representante da CONTRATANTE, com vistas à verificação da conformidade dos bens com as especificações constantes neste instrumento e seus anexos:

Tabela 2 - Distribuição dos veículos da PF

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	Blindagem nível III-A	Blindagem nível III
Acre	2	0
Alagoas	2	0
Amapá	2	0
Amazonas	4	0
Bahia	4	0
Ceará	4	0
Distrito Federal	8	8
Espírito Santo	4	0
Goiás	2	0
Maranhão	2	0
Mato Grosso	2	0
Mato Grosso do Sul	2	0
Minas Gerais	6	0
Pará	4	0
Paraíba	2	0
Paraná	6	0
Pernambuco	4	0
Piauí	2	0
Rio de Janeiro	9	2

Rio Grande do Norte	2	0
Rio Grande do Sul	6	0
Rondônia	2	0
Roraima	2	0
Santa Catarina	4	0
São Paulo	9	2
Sergipe	2	0
Tocantins	2	0
TOTAL	100	12

Tabela 3 - Relação de Endereços da PF (Órgão Gerenciador)

Órgão Gerenciador (POLÍCIA FEDERAL)	ENDEREÇO
Acre	Rodovia BR 364, 3501 - Portal da Amazônia - Rio Branco / CEP 69.915-630
Amapá	Av. Ernestino Borges, 1402 - Bairro Jesus de Nazaré - Macapá / CEP 68908-010
Amazonas	Av. Domingos Jorge Velho nº 40 - Bairro D. Pedro II - Planalto - Manaus / CEP 69.042-470
Pará	Av. Almirante Barroso, 4466 - Belém / CEP 66.610-000
Rondônia	Av. Lauro Sodré, 2905 - Bairro Costa e Silva - Porto Velho / CEP 78 903 - 711
Roraima	Av. Rua Fernão Dias Paes Leme, 11 Calunga CEP 69.303-220 - Boa Vista - CEP: 69307-725
Tocantins	Av. Teotonio Segurado, Qd. 302 Norte, QI 01 Lote 02 - Plano Setor Norte -Palmas/TO - CEP 77.006-332
Alagoas	End: Av. Walter Ananias nº705 - Bairro Jaraguá / Maceió - CEP 57025-080
Bahia	Av. Oscar Pontes, 339 Bairro Água de Meninos - Salvador / CEP 40460-130
Ceará	R. Dr.Laudelino Coelho, 55 - Bairro de Fátima - Fortaleza - CEP 60415-430
Maranhão	Av. Daniel de La Touche, nº 4000, Bairro Cohama - São Luís - MA CEP: 65.074-115
Paraíba	BR 230, Km 07, Rua Annita Luiza Mello Di Lascio, Ponta de Campina, Cabedelo/PB CEP 58.310-000
Pernambuco	Av. Martin Luther King (Cais do Apolo), 321 - Bairro do Recife / CEP 50030-230
Piauí	Av. Maranhão, 1022 - Norte - Centro - Teresina / CEP 64000-010
Rio Grande do Norte	Rua Dr. Lauro Pinto,155 - Lagoa Nova - Natal/RN -CEP. 59064-250
Sergipe	Avenida Augusto Franco 2260, Bairro Siqueira Campos - CEP: 49075-100 - Aracaju-SE
Distrito Federal	SPO Área Especial Conjunto 7, Brasília/DF Fone: (61) 2024-9280 / 9249
Goiás	Av. Edmundo Pinheiro de Abreu, nº 826 - Setor Bela Vista - Goiânia CEP 74.823-030
Mato Grosso	Av. Historiador Rubens de Mendonça, n. 1205, Araés / Cep: 78.008- 000
Mato Grosso do Sul	R. Fernando Luiz Fernandes, 322 - Vila Sobrinho - Campo Grande CEP 79110-500
Espírito Santo	Rua Vale do Rio Doce, 01 São Torquato, Vila Velha (ES) -Cep 29114-670
Minas Gerais	Rua Nascimento Gurgel, nº 30 - Bairro Gutierrez - CEP 30430-340
Rio de Janeiro	Av. Rodrigues Alves, 1 - 3º andar - Centro / CEP 20081-250
São Paulo	R. Hugo D'Antola, 95 - Lapa de Baixo - São Paulo-SP CEP 05038-090
Paraná	Rua Professora Sandália Monzon, 210 – Santa Cândida Curitiba – Paraná CEP. 82.640-040
Santa Catarina	Rua Paschoal Apóstolo Pitsica, 4744, Agronômica, Florianópolis/SC CEP 88.025-255
Rio Grande do Sul	Av. Ipiranga 1365 - Bairro Azenha - Porto Alegre CEP 90160-093

Tabela 3 (a) - Endereço da Polícia Civil do Distrito Federal (Participante)

Polícia Civil do Distrito Federal	Endereço
Distrito Federal	SIA, Trecho 04, Lote 1520 - Brasília /DF - CEP: 71200-040 - Divisão de Transportes – DITRAN/DAG/PCDF - Telefone: (61) 3207-4046

Tabela 3 (b) - Endereço da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal (Participante)

Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal	Endereço
Distrito Federal	SIA, Trecho 04, Lote 1480 - Brasília /DF - Telefone: (61) 3441-8270 e (61) 99961-7765)

5.11. A contratada deverá comunicar à contratante, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, a data e o horário

previsto para a apresentação/entrega dos itens, nos telefones das unidades da Polícia Federal constantes nas tabelas 3, 3 (a) e 3 (b) deste Termo de Referência.

5.12. A contratada deverá entregar os veículos devidamente licenciados e emplacados na UF da unidade de entrega, junto ao DETRAN do mesmo estado, com o registro de blindagem no CRLV, com a quitação dos tributos e encargos devidos, tais como taxa de licenciamento, seguro obrigatório - DPVAT e eventuais débitos de penalidades.

5.13. Os veículos serão entregues de acordo com os quantitativos constantes no contrato, podendo ter seus prazos prorrogados, mediante solicitação por escrito e justificada da contratada, cujo juízo de aceitação ficará a cargo da CONTRATANTE.

5.14. A contratada deverá, ainda, entregar os veículos devidamente abastecidos de combustível, com a capacidade máxima do tanque, em razão do período de tempo necessário para inclusão dos mesmos no sistema de abastecimento de cada unidade da Polícia Federal, bem como, prevenir a ocorrência de qualquer tipo de pane por falta de combustível, evitando possíveis prejuízos nas bombas de combustível dos veículos.

5.14.1. Para veículos *flex* o tanque deverá ser completamente abastecido com gasolina.

5.15. A contratada deverá realizar uma **entrega técnica** que consiste na capacitação de servidores da PF acerca dos recursos disponíveis no veículo, a qual deverá ser realizada na entrega definitiva constante no item 5.3.1 deste Termo.

GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

5.16. Considerando que a Polícia Federal possui atuação em todo território nacional, no qual necessita de uma logística ampla para manutenção dos veículos operacionais e os veículos normalmente são utilizados em condições particularmente severas, a assistência técnica deverá ser disponível em todas as unidades da federação para execução da garantia e assistência técnica, admitida a subcontratação, por meio de serviços especializados de manutenção e homologados pelo fabricante, inclusive nos veículos com adaptações.

5.16.1. Para execução de serviços relacionados à proteção balística e demais adaptações, não é necessário que haja empresa credenciada em todas as unidades da federação. Porém, não havendo mão de obra especializada naquela unidade da federação, a contratada poderá enviar técnico à UF para efetuar os reparos necessários no veículo, nas adaptações policiais ou na proteção balística.

5.17. A CONTRATADA deverá executar gratuitamente as 5 (cinco) primeiras revisões previstas no plano de manutenção inerente a cada modelo adquirido, referentes à manutenção preventiva, inclusive com a substituição de peças, óleos, filtros, demais serviços e mão-de-obra previstos para cada uma delas.

5.17.1. A CONTRATADA deverá fornecer no ato de entrega dos veículos, documento a ser apresentado na rede concessionária informando da gratuidade aqui estabelecida para as 5 (cinco) primeiras revisões e da inexistência de qualquer limitação temporal para a efetivação de qualquer uma dessas revisões.

5.17.2. Eventuais revisões de natureza "intermediária", que não sejam aquelas exigíveis a cada 12 meses e/ou pelo menos 10 mil km rodados, não serão consideradas para efeito das cinco primeiras revisões gratuitas conforme subitem 5.2 e, tampouco, sua não realização poderá implicar em qualquer perda ou limitação da garantia contratual fornecida pela CONTRATADA.

5.17.3. Após essa manutenção preventiva de responsabilidade da contratada, as manutenções serão realizadas conforme demanda, através do contrato de manutenção mantido pela Polícia Federal.

5.18. Das condições de assistência técnica:

5.18.1. O serviço de assistência técnica deverá ser prestado de acordo com os manuais e normas técnicas específicas do fabricante, durante o prazo de garantia, com a finalidade de manter os bens em perfeitas condições de uso.

5.18.2. Os chamados relativos à assistência técnica serão solicitados mediante consulta ao fornecedor, conforme sistema disponibilizado pelo mesmo para estabelecimento desta relação, podendo ser por telefone, pessoalmente, via *web* e outros apontados pelo fabricante.

5.18.3. O prazo para realizar os serviços de assistência técnica aos bens, compreendendo reparos e substituições de peças, obrigando-se a colocar os objetos em perfeito estado de uso ou funcionamento, será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da solicitação do detentor do bem.

5.18.4. A vigência do Contrato não exonera a Contratada do período de garantia mínima exigida ou ofertada na proposta a qual consiste na prestação, pela Contratada, de todas as obrigações previstas na Lei 8.078/1990, e alterações — Código de Defesa do Consumidor.

5.19. Recebido os veículos, e, se, a qualquer tempo, durante a sua utilização normal, dentro do prazo de garantia, vier a se constatar discrepância com as especificações, proceder-se-á a substituição/reparação por conta da contratada.

5.20. É vedado à empresa contratada opor qualquer restrição de garantia/assistência técnica constantes no manual do fabricante ou em outro instrumento da fábrica em função das "*condições severas de uso e de aplicação*" do veículo, haja vista que o presente Termo de Referência prevê serviços e peças a serem fornecidos pela contratada, sendo que a participação da empresa na licitação configura a aceitação plena das condições exigidas.

5.20.1. Entende-se como "*condições severa de uso e de aplicação*" as condições às quais os veículos são submetidos

em virtudes das peculiaridades das atividades de segurança pública, inclusas as possibilidades de operação por 24 horas ininterruptas, em rotações elevadas do trem de força (motor, sistema de transmissão e sistema rodante) em situações adversas episódicas de alteração brusca de regime operacional com transposição vigorosa de obstáculos, com influências no sistema de arrefecimento e suspensão.

5.21. O veículo com blindagem **nível III-A** deverá dispor de garantia de 60 (sessenta) meses para o veículo original de fábrica com as respectivas modificações/adaptações policiais exigidas neste TR e seus anexos, sendo que prevalecerá a garantia oferecida pelo fabricante caso o prazo seja superior ao exigido neste TR, e começará a correr a partir do recebimento definitivo do veículo - item 5.3.1. A garantia deverá cobrir, ainda:

- a) Motor e câmbio, sem limite de quilometragem;
- b) Equipamentos de sinalização policial (acústica e visual);
- c) Blindagem opaca e suas adaptações; e
- d) Vidros, não sendo permitida qualquer perda percentual ou proporcional da proteção exigida ao longo da garantia, ou distorções ópticas, não sendo aceitável nenhum grau de delaminação entre os componentes de blindagem transparente;

5.21.1. Os veículos com blindagem **nível III** deverão dispor de garantia de 60 (sessenta) meses para o veículo original de fábrica com as respectivas modificações/adaptações policiais exigidas neste TR e seus anexos, sendo que prevalecerá a garantia oferecida pelo fabricante caso o prazo seja superior ao exigido neste TR, e começará a correr a partir do recebimento definitivo do veículo - item 5.3.1. A garantia deverá cobrir, ainda:

- a) Motor e câmbio, sem limite de quilometragem;
- b) Equipamentos de sinalização policial (acústica e visual);
- c) Blindagem opaca e suas adaptações; e
- d) Vidros, não sendo permitida qualquer perda percentual ou proporcional da proteção exigida ao longo da garantia, ou distorções ópticas, não sendo aceitável nenhum grau de delaminação entre os componentes de blindagem transparente;

5.21.2. A garantia exigida no *caput* só será aplicada caso o veículo apresentado não tenha garantia total superior para as vendas a varejo (consumidor comum), pelo que prevalecerá a superior em relação à do *caput*.

5.21.3. No caso do produto que apresentar defeito e for substituído, a garantia será contada a partir da nova data de entrega do objeto.

5.21.4. A empresa deverá fornecer certificado de garantia, por meio de documentos próprios ou anotação impressa ou carimbada na respectiva Nota Fiscal.

5.21.5. O sistema elétrico deve ser totalmente compatível com as modificações para configuração policial e possuir a garantia prevista no item 15.1. Caso seja detectada falha na bateria do veículo, sua troca deve ser feita de forma imediata por outra bateria original do veículo.

5.21.6. Aplica-se no que couber, as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei 8.078/1990.

5.22. Todas as peças, dispositivos ou mesmo unidades que forem substituídas durante o período de garantia terão, a partir de sua entrega, todas as garantias previstas.

DA CARTA SOLIDARIEDADE

5.23. No caso de fornecedores que atuem como revendedores ou distribuidores, será exigida a apresentação de **carta de solidariedade** emitida pelo fabricante do veículo, na qual este se compromete a assegurar a execução do contrato, especialmente no que diz respeito à disponibilização de rede de assistência técnica e ao cumprimento integral das condições de garantia estabelecidas neste TR e seus anexos.

5.23.1. A exigência da carta de solidariedade se justifica pelas intervenções técnicas a serem realizadas nos veículos, as quais envolverão modificações nos sistemas elétricos, mecânicos e na estrutura da carroceria, podendo comprometer a garantia original do veículo.

5.23.2. Os manuais técnicos dos veículos especificam que determinadas intervenções, como as constantes dos Anexos, podem resultar na perda da garantia, caso sejam realizadas sem a prévia autorização e acompanhamento dos fabricantes.

5.23.3. A garantia da cobertura de assistência técnica em todo o território nacional demanda uma estrutura complexa que ultrapassa as capacidades típicas de revendedores e distribuidores. A carta de solidariedade do fabricante assegura que a rede de assistência técnica será estabelecida e mantida, garantindo assim o cumprimento das obrigações contratuais.

6. APRESENTAÇÃO DO PROTÓTIPO E VISTORIAS

APRESENTAÇÃO DE PROTÓTIPO:

6.1. Apesar do objeto licitado ser enquadrado como bem comum (veículo), amplamente comercializado, o veículo em questão não é um produto padronizado. Ele passará por adaptações e transformações específicas para atender às demandas únicas

de cada órgão de segurança, exigindo um processo de produção customizado.

6.2. A customização do veículo demandará um trabalho colaborativo entre a contratada e o contratante, com o objetivo de encontrar as melhores soluções técnicas para integrar os recursos e dispositivos exigidos pela operação policial ao veículo escolhido, considerando suas características específicas.

6.3. A produção de veículos que divergirem das normas estabelecidas no edital e nas orientações da equipe de fiscalização, especialmente em relação às adaptações e transformações, gerará custos elevados para a contratada devido à necessidade de retrabalho. Para minimizar esse risco, será obrigatória a apresentação de protótipo(s) para aprovação antes do início da produção em série.

6.4. Deverão ser apresentados 2 (dois) veículos na vistoria do protótipo, sendo um desmontado para verificação da blindagem opaca e outro veículo montado com os itens de sinalização policial.

6.5. A apresentação do protótipo deverá ocorrer em qualquer momento do prazo de execução do contrato, cabendo à contratada gerenciar o tempo de produção do protótipo e do lote final, de forma a cumprir todos os prazos estabelecidos contratualmente.

NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DO PROTÓTIPO

6.6. Sempre que houver a **primeira contratação** do item pelo órgão gerenciador e participantes, a contratada deverá apresentar protótipo(s) para aprovação da Comissão Técnica do órgão contratante antes de iniciar a produção em série.

6.7. A necessidade de personalizar o produto para cada órgão contratante exige a produção de um protótipo específico para cada instituição, independentemente da existência de um órgão gerenciador da ata.

6.8. Não será exigido novo protótipo para a segunda contratação e subsequentes, quando ocorrerem, salvo na hipótese do modelo do veículo sofrer modificações significativas de suas características durante a vigência da ata de registro de preços.

AVALIAÇÃO DO PROTÓTIPO

6.9. O protótipo será submetido a um processo de avaliação que englobará aspectos visuais, dimensionais e funcionais, conforme detalhado a seguir.

6.10. Caso o protótipo não seja aprovado, a contratada deverá realizar as correções indicadas e solicitar uma segunda e definitiva avaliação do veículo.

6.11. Caso o protótipo apresente pequenas não conformidades, a aprovação será concedida com ressalvas, sendo obrigatória a realização das correções indicadas pela Comissão Técnica do órgão antes da produção em série.

APROVEITAMENTO DO PROTÓTIPO PARA COMPOSIÇÃO DO LOTE CONTRATADO

6.12. A inclusão do protótipo aprovado no lote final estará condicionada à realização de serviços de revisão e manutenção para restabelecimento da garantia integral prevista no edital, desconsiderando-se, para esse fim, a utilização do protótipo durante os testes.

ENSAIOS E PADRÕES MÍNIMOS DE ACEITABILIDADE

6.13. Serão realizados ensaios e avaliação de conformidade nos protótipos apresentados e em amostras extraídas de cada lote contratado, nos termos do estabelecido neste documento e na NT SENASP 006/2022.

6.13.1. Os veículos a serem adquiridos estão classificados como **C-1** (veículo descaracterizado com emprego rodoviário/ urbano), conforme Tabela 1 da NT SENASP 006/2022.

6.14. Os ensaios e avaliações de conformidade são de caráter obrigatório. Poderão, ainda, serem solicitadas outras verificações para garantir o pleno cumprimento do contrato. A aprovação final e o recebimento definitivo do produto ficará condicionado à emissão de termo circunstanciado que ateste o atendimento integral das exigências contratuais.

CONDIÇÕES PARA A EXIGÊNCIA DE ENSAIOS E AVALIAÇÃO DE CONFORMIDADE

6.15. Os ensaios e avaliação de conformidade serão exigidos nas seguintes etapas:

- a) de apresentação de protótipo, sempre que obrigatória, sendo executados para 100% desses equipamentos;
- b) de recebimento do lote contratado, quando o contrato contemplar, no mínimo, 20 (vinte) unidades. Nesta etapa será selecionada aleatoriamente para os ensaios e avaliação de conformidade, na forma definida na NT SENASP 006/2022, uma única amostra, quando o contrato compreender de 20 a 99 unidades, ou amostras na proporção de 1% (um por cento) da quantidade contratada, quando o contrato contemplar 100 (cem) ou mais veículos.

6.16. Caso 1% (um por cento) das unidades contratadas corresponda a uma fração, será observada a regra de arredondamento definida na ABNT/NBR 5891/1977, segundo a qual, de maneira sintética, o número inteiro será arredondado para cima quando os décimos da fração forem iguais ou superiores a 5 (cinco), e mantido quando inferior.

6.17. As quantidades de referência para dimensionamento da amostra serão consideradas individualmente para cada item

do contrato.

6.18. A contratada deverá informar à Comissão Técnica do órgão contratante a data para ensaios e avaliação do protótipo com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis.

6.19. A partir da data informada, havendo disponibilidade do protótipo e do laboratório, bem como de estrutura para realização dos ensaios, suspende-se o prazo de execução do contrato até a conclusão desta etapa, que se concretiza com a emissão do relatório final de avaliação pela equipe de fiscalização.

LABORATÓRIO HABILITADO PARA REALIZAÇÃO DOS ENSAIOS

6.20. Para realização dos ensaios a contratada deverá selecionar e contratar laboratórios acreditados e designados pela SENASP nos termos da NT SENASP 006/2022.

6.21. Em caráter precário, os ensaios poderão ser por laboratórios não acreditados, desde que sejam designados pela SENASP, conforme estabelecido na NT SENASP 006/2022.

6.22. Será admitida a execução dos ensaios por laboratório da própria contratada, caso este atenda aos requisitos da Norma Técnica.

6.23. Todos os ensaios devem ser realizados na presença dos membros da Comissão Técnica do órgão contratante.

6.24. Os ensaios deverão ser acompanhados por, ao menos, 1 (um) profissional da segurança pública a bordo do veículo, contando sua massa para o lastro de cada ensaio.

6.25. As despesas inerentes à realização dos testes/ ensaios são de responsabilidade da contratada, a exceção daquelas relativas às diárias e passagens da Comissão Técnica do órgão contratante que irão acompanhar os testes.

ENSAIOS ESTABELECIDOS NA NORMA TÉCNICA SENASP 006/2022

6.26. A execução dos ensaios previstos na NT SENASP 006/2022 seguirá a seguinte ordem:

- a) verificação de características gerais e metrologia;
- b) ensaio de aceleração;
- c) ensaio de eficiência de frenagem;
- d) teste do alce;
- e) teste slalom;
- f) ensaio de alta velocidade; e
- g) ensaio em circuito urbano.

6.26.1. Os ensaios de resistência global, avaliação de ergonomia, eficiência energética e avaliação de pneus serão conduzidos de forma contínua durante todo o processo de avaliação.

ENSAIO DO SISTEMA ELÉTRICO

6.27. O protótipo e as amostras, com o motor desligado, deverão demonstrar autonomia de 6h (seis horas) para os sistemas de iluminação e comunicação, se houver, sem a realização de transmissões ou recepções de chamadas. Ao final desse período, a bateria deve reter carga suficiente para dar partida no motor.

ENSAIO DE ESTANQUEIDADE

6.28. A contratada é responsável pela execução de testes de estanqueidade em todos os veículos, utilizando um sistema de irrigação que simule condições de chuva intensa. Esses testes devem ser realizados em uma cabine apropriada e não necessitam da presença constante da Comissão Técnica do órgão contratante. O objetivo é verificar se a aplicação da proteção balística comprometeu a vedação do veículo, assegurando assim sua impermeabilidade.

6.28.1. O teste de estanqueidade será repetido para as amostras que serão submetidas aos demais ensaios, garantindo assim a padronização dos resultados. A Comissão Técnica do órgão acompanhará a execução desses testes.

DA COMISSÃO TÉCNICA DO ÓRGÃO CONTRATANTE

6.29. A Comissão Técnica do órgão contratante poderá solicitar à contratada a apresentação de ensaios, testes, laudos e demais provas exigidas por normas técnicas para aferição de qualidade do material. Estas provas serão emitidas às expensas da contratada e poderão ser de laboratórios por ela indicados.

6.30. Comissão Técnica do órgão, sempre que necessário, efetuará diligências para acompanhar todo processo de transformação dos veículos, desde a fase de projeto até a vistoria final no pátio da empresa adaptadora, subsidiando o processo de recebimento.

6.31. Constitui parte da apresentação do protótipo a apresentação de:

6.31.1. Laudos/atestados solicitados nas especificações técnicas, dentre eles:

6.31.1.1. Sinalização visual (sistema luminoso): NEB E-322:2014 (*Norma Técnica do Exército Brasileiro*), SAE J845:2021, SAE J595:2021 e SAE J575:2021 (*SAE - Society of Automotive Engineers*).

6.31.1.2. Sinalização acústica (sirenes): SAE J1849:2012.

6.31.2. Atestado ou *datasheet* com referência de link do site do fabricante, emitido pelo fabricante das especificações técnicas dos LEDs, que comprove que o produto utilizado na montagem do sistema visual se enquadra na presente especificação.

6.31.3. **Book técnico** do projeto do veículo em duas vias, uma física e outra via em mídia eletrônica no formato .PDF.

6.31.3.1. O **Book técnico** deve ser elaborado por engenheiro da adaptadora e aprovado por engenheiro da montadora contratada, ambos assinados e certificando que os itens e alterações realizadas atendem as exigências deste Termo de Referência e seguem os padrões exigidos pela montadora. O **Book técnico** deverá conter em seu capeado o seguinte:

- a) Descritivo Técnico da solução de adaptação e análise de risco no veículo em uso;
- b) Estrutura de Produtos (*BOM - Bill of Material*);
- c) Projeto Elétrico;
- d) Consumo elétrico e o respectivo Balanço Energético;
- e) *Layout* da passagem dos cabos e chicotes, distribuídos no veículo, constando as devidas indicações de cores de fios utilizados e conexões;
- f) Certificados e Normas referentes aos componentes elétricos utilizados na adaptação, deve constar o número do *Report* de cada norma e ensaio realizado, identificando de qual componente se refere;
- g) Descritivo de elementos físicos específicos (suportes e peças desenvolvidos pela empresa ou adquiridos de terceiros e instalados na adaptação, por meio de desenhos e medidas;
- h) Processo de Montagem (PDM) das adaptações no veículo;
- i) Rastreabilidade (se possuir), números de série, códigos de barra e *QRCode*, identificando os locais em que se encontram e forma de rastrear a origem;
- j) *Checklist* de Inspeção Final do veículo adaptado como viatura policial.

6.32. O acompanhamento e fiscalização da comissão técnica da PF não desqualifica a contratada como única e exclusiva responsável pela execução total do objeto do contrato de acordo com o termo de referência e seus anexos.

6.33. Finalizada a produção e adaptação dos lotes e antes do envio dos veículos às unidades, a contratada deverá agendar com a comissão técnica do órgão contratante, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis, vistoria de todos os veículos para verificar a conformidade com os protótipos aprovados. Após, será liberada a distribuição dos veículos para as unidades destinatárias.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei 14.133/2021, art. 117, caput](#)).

FISCALIZAÇÃO TÉCNICA - COMISSÃO TÉCNICA

7.7. O fiscal técnico ou a comissão técnica do órgão contratante acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto 11.246/2022, art. 22, VI);

7.7.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei 14.133/2021, art. 117, §1º](#), e Decreto 11.246/2022, art. 22, II);

7.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto 11.246/2022, art. 22, III);

7.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto 11.246/2022, art. 22, IV).

7.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto 11.246/2022, art. 22, V).

7.7.5. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto 11.246/2022, art. 22, VII).

FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

7.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto 11.246/2022, art. 23, I e II).

7.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto 11.246/2022, art. 23, IV).

GESTOR DO CONTRATO

7.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto 11.246/2022, art. 21, IV).

7.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto 11.246/2022, art. 21, II).

7.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto 11.246/2022, art. 21, III).

7.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto 11.246/2022, art. 21, VIII).

7.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto 11.246/2022, art. 21, X).

7.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto 11.246/2022, art. 21, VI).

7.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

LIQUIDAÇÃO

8.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME 77/2022.

8.1.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei 14.133/2021](#).

8.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.2.1. o prazo de validade;

8.2.2. a data da emissão;

- 8.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.2.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.2.5. o valor a pagar; e
- 8.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 8.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei 14.133/2021](#).
- 8.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa 3, de 26 de abril de 2018).
- 8.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 8.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 8.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 8.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

PRAZO DE PAGAMENTO

- 8.10. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME 77/2022](#).
- 8.11. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

FORMA DE PAGAMENTO

- 8.12. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 8.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.14.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.15. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar 123/2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CESSÃO DE CRÉDITO

- 8.16. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME 53/2020](#), conforme as regras deste presente tópico.
- 8.16.1. As cessões de crédito não abrangidas pela IN SEGES/ME 53/2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.
- 8.17. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME 53/2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 8.18. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei 8.429/1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).
- 8.19. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas

exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (IN SEGES/ME 53/2020 e Anexos)

8.20. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

FORMA DE FORNECIMENTO

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME 77/2020](#).

9.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei 5.764/1971](#).

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452/1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *[Estadual/Distrital]* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda *[Estadual/Distrital]* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Estadual/Distrital]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa SEGES/ME 116/2021](#)), ou de sociedade simples;

9.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei 14.133/2021, art. 69, caput, inciso II](#));

9.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

9.23.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.23.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.23.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.23.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.24. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10 % do valor total estimado da contratação.

9.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.27. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso, *no quantitativo mínimo de 50 unidades para o item **SUV (reservada) com blindagem nível III-A***.

9.27.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.27.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.27.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.27.4. No caso das participantes cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.27.5. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei 5.764/1971](#);

9.27.6. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.27.7. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

9.27.8. O registro previsto na [Lei 5.764/1971, art. 107](#);

9.27.9. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.27.10. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.27.11. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei 5.764/1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.28. Serão consideradas inabilitadas as propostas das empresas que deixarem de apresentar a documentação solicitada ou apresentarem-na com vícios em partes essenciais e não atenderem a quaisquer dos requisitos exigidos para habilitação.

9.29. Visando ampliar a competitividade do certame e a vantajosidade para a administração, **não será admitida a**

participação de empresas consorciadas, em decorrência do reduzido número de empresas existentes no mercado, com condições de atender às exigências deste Termo de Referência, empresas essas que, isoladamente, possuem plena condição de executar o fornecimento do objeto.

9.30. As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo federal.

10. **DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. **APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**

- 11.1. A proposta deverá apresentar no seu corpo ou em documento próprio as seguintes declarações e informações:
- 11.1.1. Prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados da data da apresentação das propostas.
 - 11.1.2. Descrição do item proposto, com todas as suas características, especificações, acessórios, bem como com a indicação de marca, modelo, versão do veículo e dos equipamentos de sinalização visual e acústica. Todos deverão atender as características mínimas exigidas pela Administração contidas neste Termo de Referência.
 - 11.1.3. Declaração expressa de que os preços ofertados englobam as despesas com material, mão de obra, adaptações, transformações, encargos sociais, trabalhistas, fiscais, previdenciários e comerciais, fretes, transportes, seguros, embalagens, tributos incidentes, isenções e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação, com ciência de que a omissão de qualquer despesa ou custo necessário à perfeita execução do objeto desta licitação será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear quaisquer acréscimos após a entrega da proposta.
 - 11.1.4. Declaração de que o objeto será entregue no prazo e em conformidade com o estipulado neste Termo de Referência, no Edital, e na legislação específica.
 - 11.1.5. Razão social do proponente, endereço completo, telefones e endereço eletrônico (e-mail).
 - 11.1.6. Preços atualizados em conformidade com o último lance ofertado, em moeda corrente nacional, expressos em algarismo e por extenso.
 - 11.1.7. Declaração de que será ofertada garantia técnica, a contar da emissão do termo de recebimento definitivo, de todas as garantias previstas no item 15 e subitens.
 - 11.1.8. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte da proponente, das condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital e seus Anexos.

11.2. As propostas deverão ser apresentadas com base na formatação abaixo:

Tabela 4 - Base para elaboração da proposta de preço dos veículos.

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)
xx	1 Valor do veículo básico	R\$ xx
	2. Valor das adaptações policiais e acessórios adicionais	R\$ xx
	3. Valor da blindagem	R\$ xx
	VALOR TOTAL DO VEÍCULO	R\$ xx

- 11.3. O valor do veículo ofertado será dado pela soma dos subitens que o compõem, sendo que o licitante deverá apresentar o somatório da sua composição para a apresentação formal da proposta.
- 11.4. Os lances serão ofertados levando em consideração o valor unitário de cada item (após a soma dos seus subitens), conforme aquele a que está concorrendo.
- 11.5. Os veículos a serem adquiridos para a utilização em patrulhamento e policiamento serão **isentos do IPI** (Imposto sobre Produtos Industrializados), na forma estabelecida pela Lei 9.493/1997, regulamentada pelo Decreto 7.212/2010 e Instrução Normativa SRF 112/2001.
- 11.6. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Termo de Referência, do Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis.

12. **ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

- 12.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 69.334.670,00 (sessenta e nove milhões, trezentos e trinta e quatro mil seiscentos e setenta reais), conforme custos unitários apostos.
- 12.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em

decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

- 12.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021](#);
- 12.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 12.2.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- 12.2.4. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

13. **ANEXOS**

- 13.1. É parte desse Termo de Referência os seguintes anexos:
 - 13.1.1. **Anexo 1** Especificação SUV blindagem nível III-A (38734544); e
 - 13.1.2. **Anexo 2** Especificação SUV blindagem nível III (38734554).

Brasília/DF, data da assinatura eletrônica.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

ADRIANA CRISTINA DE JESUS SOUZA Agente de Polícia Federal Matrícula PF 17.474 SEPLAN/DPC/CGPLAM/DLOG/PF	RENATO ROSENBLUTH Agente de Polícia Federal Matrícula PF 16.017 SEPLAN/DPC/CGPLAM/DLOG/PF
ROGÉRIO SANTOS MARINHO Agente de Polícia Federal Matrícula PF 14.809 SETRAN/DIFRO/CGAD/DLOG/PF	WILLIAM ENIO GUEDES FABRÍCIO Agente de Polícia Federal Matrícula PF 13.455 DIFRO/CGAD/DLOG/PF
ANDRÉ LUSTOSA ÁVILA Escrivão de Polícia Federal Matrícula PF 24.605 DILOG/CGLOG/DPP/PF	MARCELO PEREIRA DE VASCONCELOS Agente de Polícia Federal Matrícula PF 21.774 DILOG/CGLOG/DPP/PF
CAMILA FRANCO LOBATO ARAUJO Agente Administrativo Matrícula SIAPE: 1731457 SECOM/DICON/CGAD/DLOG/PF	

14. **APROVAÇÃO**

- 14.1. APROVO o presente Termo de Referência e seu anexo por constatar que sua concretização observou os critérios que norteiam a Administração Pública. Constam, plenamente justificadas, a necessidade da contratação, a delimitação de seu objeto, aspectos técnicos fundamentais, obrigações das partes envolvidas bem como a estimativa de custos da contratação.

(datado e assinado eletronicamente)
ANDRÉ LUIS LIMA CARMO
Delegado de Polícia Federal
Diretor de Administração e Logística - DLOG/PF
Ordenador de Despesas



Documento assinado eletronicamente por **WILLIAM ENIO GUEDES FABRICIO**, **Chefe de Divisão**, em 05/12/2024, às 12:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ROGERIO SANTOS MARINHO**, **Chefe de Divisão**, em 05/12/2024, às 12:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO PEREIRA DE VASCONCELOS**, **Agente de Polícia Federal**, em 05/12/2024, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE LUIS LIMA CARMO**, **Diretor(a)**, em 05/12/2024, às 14:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RENATO ROSENBLUTH**, **Chefe de Serviço**, em 05/12/2024, às 12:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FILIPE MELO DE QUEIROZ**, **Agente de Polícia Federal**, em 05/12/2024, às 13:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=38736464&crc=7B7ED194.

Código verificador: **38736464** e Código CRC: **7B7ED194**.